

Esteves Colnago tomou posse, no último dia 10 de abril, como ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, pasta à qual a Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias (ABGF) está vinculada.

Colnago é analista do Banco Central do Brasil desde 1998. É mestre em Ciências Econômicas pela Universidade de Brasília (UnB) e especialista em Contabilidade Pública. Exerceu, no ministério, as funções de diretor de programa e secretário-executivo. Na Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, desempenhou a função de analista de finanças e controle.

Nesta entrevista concedida ao site da ABGF, Colnago fala sobre os desafios da sua gestão ministerial e ainda sobre a sua visão acerca da atuação da empresa, da qual foi membro do Conselho de Administração entre 2014 e 2016.

Ministro, diante do atual cenário de restrição fiscal, como o País pode viabilizar os investimentos necessários para melhorar a infraestrutura e a produtividade?

Acredito que a principal forma de trabalhar este tema é promover uma eficiente e estratégica parceria com o setor privado para aumentar os aportes necessários para o desenvolvimento da nossa infraestrutura e do nosso setor produtivo. Neste sentido, é possível aperfeiçoar os instrumentos para incentivar o desenvolvimento do mercado de capitais de modo a complementar os desembolsos realizados pelos bancos públicos. Temos também que promover os instrumentos das garantias e, para isso, o papel da ABGF como gestora do Fundo Garantidor de Infraestrutura (FGIE) é fundamental.

Como o senhor entende que deve ser esta atuação da ABGF?

Por meio do FGIE, a ABGF deve incentivar os investimentos em concessões e parcerias público-privadas (PPPs), estruturando as garantias nestes casos. Recentemente, a competência legal da ABGF foi ampliada permitindo que ela também estruture garantias para municípios, além da União e dos estados, o que abre uma nova frente de atuação para a empresa, auxiliando os entes subnacionais a desenvolver novos projetos. Também é importante desenvolver novos produtos para viabilizar o investimento estrangeiro no País, de forma a cobrir os riscos relacionados à variação cambial, e eu sei que, em breve, a ABGF terá novidades a apresentar ao mercado sobre este tema.

Em relação à oferta do Seguro de Crédito à Exportação (SCE), como o papel da ABGF pode ser aperfeiçoado?

É preciso dar maior liquidez ao sistema de forma a afastar por completo qualquer insegurança aos exportadores brasileiros e aos seus contratantes estrangeiros. Esta é uma questão que está em estudo atualmente nos ministérios do Planejamento e da Fazenda, mas a ABGF também pode auxiliar ao prover informações sobre a realidade do funcionamento de outras agências de crédito à exportação. Há boas experiências mundo afora e creio que o Brasil pode aprender muito com elas.

Por falar em experiências internacionais, o reconhecimento do papel dos fundos garantidores é cada vez mais destacado dentro das estratégias de desenvolvimento de diversos países. Como o senhor vê a experiência brasileira?

A criação da ABGF foi um passo muito importante para viabilizar uma estratégia de desenvolvimento econômico contínuo, que se sustenta por meio de um fluxo de investimentos perene e estável. Ainda temos que avançar muito para que a presença da ABGF possa se consolidar ao viabilizar importantes operações que o setor financeiro nacional não dispõe de apetite para executar. O nosso projeto é fazer com que este ano tenhamos garantias emitidas pelo FGIE e

também recompor a utilização dos recursos do Fundo de Garantia à Exportação (FGE) por meio da retomada do crescimento econômico via exportações de maior valor agregado ao mercado internacional. A ABGF veio para ficar e estou confiante de que o seu projeto se mostrará exitoso ainda em 2018.

Fonte: ABGF, em 23.04.2018.